



AÇÕES COLETIVAS E INSTITUIÇÕES NA VITIVINICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL: O INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO – IBRAVIN

**Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues
Guilherme Augusto Asai
Carla Maria Schmidt**

Resumo

Nesse artigo abordou-se as ações coletivas na vitivinicultura, com ênfase no estado do Rio Grande do Sul, em especial na sua instituição gestora o Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), sendo o Ibravin criado para atender as demandas do setor no diferentes segmentos: produção da uva, do vinho e comercialização, bem como as suas diferentes estruturas produtivas: cooperativas, vinícolas ou viticultor. Com o objetivo de entender como dialogam esses agentes se propôs nesse estudo identificar quais ações coletivas são desenvolvidas pelo Ibravin, para tanto, utilizou-se de metodologia qualitativa e descritiva. Conclui-se que a principal ação coletiva que o Ibravin desenvolve é a promoção do diálogo entre as parte, mediando conflitos e buscando defender os interesses coletivos do setor como uns todos, seja nas esferas governamentais, comerciais, internas ou externas. Dessa forma, o Ibravin tornou-se uma instituição, que por sua essência e por sua forma de atuação pode ser considerada uma ação coletiva.

Palavras-chave: Vitivinicultura, Rio Grande do Sul, ações coletivas, Ibravin.

1 Introdução

A vitivinicultura no Rio Grande do Sul tem destaque como atividade econômica e social, com forte conotação à cultura do imigrante italiano, sendo a Serra Gaúcha é a principal região produtora do estado e do país. A base produtiva da vitivinicultura na Serra Gaúcha está vinculada, em grande parte, a produção familiar em pequenas propriedades, atreladas a cooperativas vinícolas. Todavia, há empresas de grande porte com a produção verticalizada.

A Região da Campanha Gaúcha, localizada no sul do estado, é considerada a segunda região em produção vinícola e tem como características propriedades de maior extensão e potencial de mecanização, embora também apresente propriedades de pequeno porte. Empresas que têm origem na Serra Gaúcha realizaram investimentos na Região da Campanha em função do menor custo da terra e pelas



particularidades adafoclimáticas favoráveis à produção de *vitis viniferas* (SCHNEIDER, 2006).

A vitivinicultura no Rio Grande do Sul é responsável não somente pela geração de empregos, mas também renda, principalmente, de pequenos agricultores familiares, além disso, agrega valores simbólicos como cultural e paisagem, desenvolvendo o enoturismo. Pizol e Sousa (2014, p.714) corroboram afirmando que “A vitivinicultura brasileira gera trabalho e renda, não concentra mas distribui a riqueza, fixa o homem rural ao seu meio, é componente de uma cultura, não trabalha contra a saúde pública, gera um estilo de vida e principalmente viabiliza a pequena propriedade familiar, evitando o êxodo rural”.

Na década de 1990 a conjuntura macroeconômica interna e externa afetou diretamente a vitivinicultura do Brasil, em especial, o Rio Grande do Sul. Essas circunstâncias fizeram com que o Estado e os agentes produtivos buscassem alternativas para a crise do setor vitivinícola. A opção encontrada pelo Estado e pelo setor produtivo foi institucionalizar o Programa de Reestruturação e Desenvolvimento da Vitivinicultura do Rio Grande do Sul, que tratava da política do setor vitivinícola e sua organização.

O programa foi formalizado pela Lei nº 10.989, de 13 de agosto de 1997. Na referida Lei, o Artigo 54 previa a criação de uma instituição específica para o setor como se lê:

Art. 54 - O Estado estimulará a criação, pelos segmentos interessados, de entidade sem fins lucrativos, cujos objetivos coincidam com aqueles fixados por esta Lei, efetivamente representativa dos produtores de uva, das cooperativas e das indústrias vinícolas, desde que mantida a paridade entre eles, com o objetivo de implementar ações complementares à Política Vitivinícola do Estado do Rio Grande do Sul (LEI nº10.989/97)

Atendendo esse preceito institucional foi criado, em 1998, o Instituto Brasileiro do Vinho – IBRAVIN para atender as demandas do setor, com a fundamental função de aglutinar os representantes de todos os segmentos da cadeia produtiva, e principalmente, em igualdade de representação.

Feita essa breve contextualização, tem-se como objetivo desse artigo; identificar quais as ações coletivas que o Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin) desenvolve na cadeia vitivinícola do Rio Grande do Sul.



O estudo de ações coletivas tendo como objeto de pesquisa o Ibravin visa contribuir com o debate de como a atuação de uma instituição é capaz de promover ações, e principalmente, o dialogo entre os atores dos diferentes segmentos de uma das cadeias produtivas mais reconhecidas do estado do Rio Grande do Sul, a vitivinicultura.

Portanto, estudar como se organizam e quais ações coletivas realiza a instituição que os representam assume relevância social e traz novas contribuições a temática das ações coletivas. Agrega-se ao debate ações de uma instituição, tendo em vista que até o momento, verificam-se escassas pesquisas nessa perspectiva.

O artigo está dividido em quatro capítulos: considerando essa introdução como primeiro, o segundo trás uma síntese da teoria das ações coletivas, em especial, a ideia de Ostrom (2007) e outros autores que vão embasar esse estudo. No terceiro descreve-se o procedimento metodológico. No quarto capítulo discute-se o Ibravin sua formação e atuação, bem como a opinião dos representantes de alguns representantes que foram publicadas, e por fim uma resumida conclusão.

2 Aporte teórico

2.1 Elementos fundamentais da ação coletiva

Como forma de discutir e entender algumas atitudes dos agentes econômicos e sociais que atuam em padrões diferenciados do que o apregoado pelas principais correntes teóricas, bem como uma maneira de formalizar em uma teoria essas práticas diferenciadas foi que surgiu a teoria da ação coletiva que tem como questão central questionar, por que os indivíduos vão cooperar em um dilema social?

O termo "dilema social", como definiu Ostrom (2007), refere-se a um ambiente em que os indivíduos escolhem ações em uma situação interdependente. Se cada indivíduo optasse por selecionar uma estratégia baseada em cálculos maximizadores dos benefícios próprios de curto prazo, os resultados seriam menores do que se poderia atingir. Assim os resultados não seriam socialmente ótimos. Dilemas sociais envolvem um conflito entre a racionalidade individual e os resultados ideais para um grupo. Todavia, mesmo que alguns indivíduos cooperam, outros serão "free-riders", ou seja, atuam como caronas.



Além do pressuposto em relação à estrutura de recompensas que conduzem a um equilíbrio deficiente, outras suposições feitas em quase todos os modelos de dilemas sociais incluem: a) decisões sobre as estratégias são feitas de forma independente e, simultaneamente; b) todos os participantes têm conhecimento comum da estrutura exogenamente fixa da situação e dos pagamentos a serem recebidos por todos os indivíduos em todas as combinações de estratégias; c) nenhum ator externo (ou autoridade central) está presente para fazer cumprir acordos entre os participantes sobre as suas escolhas (OSTROM, 2007).

A leitura do texto de Ostrom (2007) indica as evidências empíricas que a ação coletiva pode ser conseguida em algumas configurações, todavia, o questionamento da ação coletiva permanece: como participantes em dilemas sociais podem evitar a tentação de equilíbrios subótimos e aproximar-se de resultados ótimos, ou seja, ganhar cooperando.

Discutindo a interação entre os agentes de arranjos produtivos, Oliveira e Martinelli (2014) afirmam que a busca de vantagens e benefícios, muitas vezes é permeada por ações que envolvem a cooperação entre os atores. Sendo a negociação um processo para alcançar objetivos por meio de um acordo em situações em que podem existir tanto interesses comuns, quanto complementares ou opostos. São considerados elementos comuns de uma negociação: a existência de dois ou mais participantes interdependentes; cada um deles possui objetivos individuais que podem ser parcialmente incompatíveis; a negociação é um processo em que alternativas são pesquisadas com o propósito de chegar a um acordo.

Em relação aos tipos de negociação, tradicionalmente existem dois, que são baseados na postura das partes: competitiva e/ou cooperativa. A negociação competitiva é classificada como Ganha/Perde. Os resultados de uma parte são prejudicados em detrimento da outra. A negociação cooperativa é classificada como Ganha/Ganha, os resultados são positivos para ambas as partes (OLIVEIRA; MARTINELLI, 2014).

Nesse sentido, uma forma de ações coletivas é por meio dos relacionamentos interorganizacionais. Esses estabelecem estruturas diferenciadas com limites que nem sempre se identificam claramente, podem ser percebidos como qualquer tipo de contato entre duas ou mais organizações, variando da forma concorrencial e antagônica para aquelas de natureza cooperativa, tanto entre organizações similares



como diferentes. “Os relacionamentos interorganizacionais cooperativos podem ser percebidos como mecanismos socialmente constituídos pela ação coletiva, sendo constantemente formados e reestruturados pelas ações e pelas interpretações simbólicas das partes envolvidas” (ZANCAN, 2010, p.21).

Os estudos de relacionamentos de cooperação ganham relevância, proporcionando um escopo de novas oportunidades competitivas para os atores que os estabelecem. Entendida como uma nova forma de coordenação de atividades, a cooperação interorganizacional surge em resposta às contingências econômicas e sociais, de maneira a solucionar determinados problemas práticos das organizações imersas no mercado. Com um sentido coletivo de competição, em oposição à visão individualista, relacionamentos cooperativos, quando coordenados, fortalecem a competitividade das organizações associadas, além de potencializarem as transações econômicas implementadas (ZANCAN, 2010).

Assim corrobora para que a cooperação seja definida como a capacidade de planejar, gerenciar e promover estratégias e ações em conjunto. Por meio da solidariedade e ajuda mútua, que valoriza as relações humanas, aumenta a confiança, gera aprendizado, defende interesses comuns, fortalece marcas, propicia ganhos de escala, permite acesso a mercados que seriam difíceis de atingir individualmente e amplia a competitividade (OLIVEIRA; MARTINELLI, 2014). Ressaltam ainda que a cooperação entre organizações não se efetiva sem que haja resultados visíveis para as partes envolvidas, ou seja, as relações estabelecidas devem ser do tipo ganha-ganha, se tornando viáveis no momento em que a ação coletiva possa ter objetivos comuns e formas de alcançá-los definidos.

São quatro os tipos de cooperação: a) cooperação bilateral vertical; empresas com interesses convergentes se unem para, pela cooperação, alcançar objetivos comuns. b) cooperação bilateral horizontal; é aquela em que empresas concorrentes se juntam para desenvolver um trabalho específico em conjunto. c) cooperação multilateral horizontal; ocorre quando organismos públicos ou privados coordenam projetos setoriais que envolvem a participação de várias empresas concorrentes. d) cooperação multilateral vertical; ocorre quando instituições e empresas pertencentes às cadeias produtivas diferentes têm relações verticais de fornecimento, sendo importante a existência de instituições de apoio aos setores fortes que sejam bem



articuladas e tenham interesses em comum bem definido (OLIVEIRA; MARTINELLI, 2014).

Para que as estratégias de cooperação sejam bem sucedidas, é necessário que exista: troca de informações entre as organizações; criação de novas ideias; desenvolvimento de visão estratégica; análise conjunta dos problemas e soluções; bem como contribuições dos parceiros. As estratégias objetivam aceitar o concorrente como aliado para o aumento da produtividade, o que não significa negar que existem interesses diferentes e conflitos (PASINI, 2013).

Portanto, quando as organizações estão inseridas em estratégias de cooperação horizontal, elas obtêm ganhos capazes de gerar força competitiva por meio de ações conjuntas, que podem incluir o compartilhamento de conhecimento e informações, uso comum de recursos e marketing conjunto, compras coletivas, definição de padrões de conduta, criação de selos de qualidade. Assim, entende-se que a cooperação se apresenta como uma vantagem competitiva para as organizações (PASINI, 2013).

Grupos agem para promover seus interesses partindo da premissa de que os indivíduos agem por interesse pessoais e individuais. Indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agiriam para promover interesses comuns (OLSON, 1999). O autor argumentou que não existe sentido de integração em um grupo, se é possível que uma ação individual independente atenda aos interesses do indivíduo. Porém, quando essa ação individual não atende aos interesses, seja de maneira mais adequada ou completa, as associações poderão ser importantes e desempenhar um papel fundamental no sentido de atender a objetivos comuns e de grupos.

Assim, não é a necessidade conjunta que faz o indivíduo cooperar. São necessários outros fatores para influenciar essa decisão. Uma das principais vantagens descritas para agir de forma coletiva, seria a diminuição dos gastos, a redução do empenho individual para a promoção do bem, que asseguraria um aumento da margem do lucro obtido com o usufruto do benefício.

Sendo vantagem agir de forma coletiva, supõe-se que uma situação onde exista um objetivo a ser perseguido e um grupo de pessoas dispostas a alcançar esse objetivo, não deveria haver falta de disposição de alguns em cooperar. Porém, isso ocorre pela presença do *free rider* que acaba muitas vezes inibindo a ação do grupo. O *free rider* é um indivíduo racional, que defende seus interesses individuais, sendo



assim, é egoísta, e deseja ganhar com a promoção do bem público, sem que para isso, precise ajudar em sua produção. O *free rider*, interfere diretamente na possibilidade de prover benefícios coletivos. Sua presença reduz a eficiência coletiva, e a motivação dos demais participantes da ação coletiva (OLSON, 1999; PASINI, 2013).

2.2 Variáveis estruturais e suas predisposições para afetar a Ação Coletiva

Como base para leitura da atuação dos atores do Ibravin nesse artigo foram usadas as variáveis estruturais do estudo de Ostrom (2007), a autora destacou as principais variáveis capazes de afetar a participação e o resultado das ações coletivas. Primeiramente as variáveis estruturais que não dependem de uma situação que está sendo repetida, sendo elas: o número de participantes envolvidos; os bens compartilhados ou subtrativos; a heterogeneidade dos participantes; comunicação face-a-face; a forma da função de produção (essa variável não será discutida no artigo, pois o objeto de análise não é produção). Em um segundo momento tem-se que a repetição da situação possibilita o impacto das variáveis estruturais adicionais, que incluem: informações sobre ações passadas; como os indivíduos estão ligados; se os indivíduos podem entrar ou sair voluntariamente.

Em relação ao tamanho dos grupos, Ostrom (2003) destaca o trabalho de Mancur Olson, sobre ações coletivas, no qual foi definido que o tamanho de um grupo diminui a probabilidade de um grupo alcançar um bem público. Portanto, o tamanho o grupo afeta os resultados obtidos.

As possibilidades mostram que um grupo maior, ou seja, à medida que aumenta o tamanho do grupo, há uma redução no acesso a bens. Uma questão central que fica evidente que é mais fácil para os indivíduos pensar que o seu próprio parasitismo não vai ser notado e, portanto, não afeta a oferta de um bem (OLSON, 1999). Outro fato importante é que grupo maior envolve custos de transação mais elevados. Dessa forma a teoria indica que o número de participantes, reduz a probabilidade de atingir qualquer forma de ação coletiva ou pelo menos diminuir a quantidade de benefícios conjuntos que podem ser alcançados.



As diferenças no tamanho do grupo afetam outras variáveis de interesse como o impacto incremental da contribuição de um indivíduo a mais no grupo em uma quantidade fixa. Dessa forma, o tamanho do grupo afeta a probabilidade de cooperação dependendo de como outras variáveis estruturais são afetadas pelo tamanho desse grupo.

Para justificar que grupos menores são mais eficientes de acordo com Olson (1999) três fatores são destacados: a) Quanto menor o grupo, maior é a percepção que os atores têm do benefício alcançado pelo trabalho de cada agente; b) O *free-rider* fica mais evidente nos grupos menores; c) Quanto menor o grupo, menores os custos envolvidos para organizar a ação coletiva.

Ainda sobre o tamanho dos grupos Olson (1999), argumentou que grupos pequenos tendem a empregar todas as suas energias, enquanto os grandes permanecem em estado potencial. Embora havendo dificuldade em analisar o tamanho do grupo e o comportamento do indivíduo, cada membro pode conferir um valor e benefício diferente ao grupo. Em uma condição subótima o custo marginal é repartido entre os membros, de acordo com o tamanho do grupo. A participação voluntária centrada nos interesses dos membros do grupo e movimento de entrada e saída do não pode ser ignorado. A quantidade fixa e delimitada de ganhos deriva do benefício coletivo, conseqüentemente, depende da natureza do objetivo e do grupo. Sobre a variável bens compartilhados essa é complexa de dimensionar, uma vez que inclui todos os dilemas onde é difícil excluir potenciais beneficiários que não tenham contribuído;

Ao considerar a heterogeneidade de um grupo é necessário observar que se houver um ou alguns indivíduos que tenham interesses muito mais fortes para alcançar um bem público, a probabilidade de um grupo de alcançar um bem público aumenta (OSTROM, 2007). Para essa autora, heterogeneidade em ativos, informações, e pagamentos são negativamente relacionadas com ganhos, pois aumentam os custos de transação e o conflito sobre a distribuição de benefícios e custos a suportar. Muitos argumentos apontam para a heterogeneidade como um sério obstáculo à cooperação.

A comunicação é utilizada para persuasão moral, sendo que em geral, a eficácia da comunicação parece estar relacionada ao aumento da confiança que os indivíduos adquirem quando as promessas são feitas a eles em um ambiente face-a-



face. A variável associada às informações passadas é importante quando mais do que dois indivíduos estão envolvidos, pois os resultados por si só não são mais suficientes para informar sobre um jogador as ações dos outros. Quando as interações são repetidas, reputações podem ser construídas ao longo do tempo e os membros do grupo podem acumular um nível de confiança sobre outros participantes. Desta forma, a cooperação pode crescer ao longo do tempo em tais configurações. Em grandes grupos, a disjunção entre as ações de um indivíduo e a reputação é mais difícil de ultrapassar (OSTROM, 2007).

Sobre a variável que discute a entrada e saída, observa-se que os indivíduos têm uma escolha quanto à possibilidade de jogar jogos de dilema social com os outros, e eles podem identificar as pessoas com quem eles tenham jogado, os indivíduos vão escolher parceiros de modo a aumentar a frequência que os resultados cooperativos são alcançados. Isso dá aos indivíduos outras opções em um jogo de dilema social, ou seja, além de decidir se cooperam eles podem decidir se deseja sair ou não (OSTROM, 2007).

Ao adotar determinadas ações, analiticamente, os indivíduos podem ser pensados como normas de aprendizagem de comportamentos, que são relativamente gerais, e se encaixam em uma grande diversidade de situações particulares. Em síntese, o indivíduo coopera ou não de acordo com as experiências pessoais. Assim as variáveis adicionais que impactam as variáveis estruturais, em ações coletivas, têm uma significativa importância quando analisadas em um contexto amplo ou particular de como os indivíduos atuam em grupos ou organizações.

Apresentados os principais tópicos e autores da teoria da ação coletiva que norteiam esse artigo, apresentam-se os procedimentos metodológicos, em sequência o Ibravin, objeto de pesquisa.

3 Procedimentos metodológicos

Metodologicamente o artigo se caracteriza como análise descritiva baseada em dados secundários e documentais, a abordagem é qualitativa.

Através de fontes bibliográficas foi possível identificar o contexto em ocorreu a formação do Ibravin e sua manutenção. Para o entendimento da atuação do Ibravin foram analisadas as entrevistas concedidas e publicadas de representantes da



diretoria do Ibravin em livros e outras publicações. Por considerar-se nesse trabalho, as entrevistas como uma forma de discurso dos representantes do instituto faz-se uma síntese do se avaliou como discurso nas publicações.

O discurso é considerado como a palavra em movimento, prática de linguagem, ou seja, com o estudo do discurso observa-se o homem falando. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção e existência humana.

Deve-se observar que na análise do discurso não se trabalha com a língua como um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos ou enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2007, p.16).

Assim, deve-se identificar os sujeitos, suas filiações a relação do sujeito com sua memória. A descrição e interpretação serão interrelacionadas e o analista precisa distingui-las em seu propósito de compreensão. Considerando-se dois momentos na análise: a) que a interpretação faz parte do objeto da análise, ou seja, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito. b) compreender que não há descrição sem interpretação, logo, o próprio analista está envolvido na interpretação. Assim, é preciso recorrer a um dispositivo teórico para “distanciar” o analista do sujeito. Dessa forma seria possível trabalhar entre a descrição e a interpretação (ORLANDI, 2007).

Na identificação dos representantes da Diretoria do Ibravin, que tiveram suas entrevistas analisadas, deve-se ressaltar que em função da própria ligação direta com entidades formadoras e representativas da atividade, optou-se por considerar como descrito por Orlandi (2007), que esses representantes são ao mesmo tempo membros e sujeitos dessa instituição, portanto, não são neutros a sua filiação e memórias.



4 A vitivinicultura no Rio Grande do Sul e o Instituto Brasileiro do Vinho - Ibravin

4.1 O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Vitivinicultura e a criação do IBRAVIN

As políticas macroeconômicas brasileira na participação da criação do Mercado Comum do Sul - Mercosul e abertura econômica do país na década de 1990 tiveram um impacto muito profundo e direto na vitivinicultura do Rio Grande do Sul e do Brasil como um todo. Foi o teste e a experiência mais realista que o setor vitivinícola enfrentou em relação a abertura do mercado vinícola ao livre comércio. “O vinho brasileiro esteve como de resto os demais produtos nacionais, submetido e acostumado a medidas e barreiras protecionistas, cujo modelo existia no País de longa data (PIZZOL, 2014, p. 600).

A criação do Mercosul transformou a realidade do setor vitivinícola do Rio Grande do Sul e brasileiro, pois esse setor caso mantivesse a estrutura produtiva do período anterior, teria uma série de dificuldades para enfrentar diante das mudanças impostas pelo mercado. Produtores, indústrias e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, frente à importância econômica e social do setor vitivinícola para o estado, foram levados a trabalhar de forma conjunta no sentido de modernizar o setor, e garantir a implementação de novas ações que voltadas a um novo patamar de competitividade, via redução de custos e melhoria da qualidade (SCHIO et al. 1996).

O Governo do Estado, com o apoio do setor, propôs a realização de estudos mais profundos e foi criado o Programa de Reestruturação e Desenvolvimento do Setor Vitivinícola do Rio Grande do Sul - PROVITIS, com o objetivo de implementar projetos de forma articulada, para superação de problemas, direcionando o setor como um todo a um plano superior de competitividade. O PROVITIS tinha três eixos gerais de atuação, como descritas por Schio et al (1996):

a) Defesa dos interesses da vitivinicultura face ao Mercosul e ao comércio internacional. Nesse item os principais pontos abordados eram: realizar um conjunto de ações que tratassem da defesa dos interesses da vitivinicultura frente ao novo contexto determinado pelo Mercosul e pela abertura da economia ao comércio internacional, especialmente, nas negociações de prazos, alíquotas de imposto de



importação e cotas livres e do comércio com outros países, regulamentações legais e de normas técnicas, incluindo um Código Vitivinícola para o MERCOSUL, e a eliminação da carga tributária no âmbito do Bloco.

b) Ações Específicas de Reestruturação e Desenvolvimento. Nessa linha de ação foram propostos diversos subprogramas para o setor tais como: Subprograma melhoria de qualidade (ênfase no cadastro vitícola e da indústria), redução de custos e aumento da produtividade, ampliação e diversificação de mercados e modernização, diversificação e reconversão da produção. Esses subprogramas continham inúmeras ações para concretiza-los.

c) Institucionalização - Criação de Instituição Autônoma de Desenvolvimento da Vitivinicultura Brasileira. Nesse tópico do programa o debate entre as diferentes instituições ligadas ao setor apontava para a necessidade da criação de uma instituição independente para o desenvolvimento e a defesa permanente dos interesses da vitivinicultura do estado e brasileira. A Instituição deveria se constituir, preferencialmente, como entidade de caráter público, porém não estatal, sem fins lucrativos, com gestão autônoma e flexível nos moldes de entidade privada, gestora dos recursos financeiros do Fundo de Reestruturação e Desenvolvimento, bem como de eventuais taxas ou contribuições específicas para a execução de seus objetivos. Dessa forma, o principal fim da instituição seria de representação oficial do setor produtivo e defesa de seus interesses no âmbito nacional e internacional, promoção institucional, pesquisas e planejamento para o desenvolvimento do setor e a definição de políticas voltadas aos interesses da vitivinicultura.

Os vitivinicultores brasileiros, a grande maioria do Rio Grande do Sul, vivenciaram no início dos anos 1990, uma situação que pode-se chamar de ponto de inflexão, ou seja, a necessidade exigida pela readequação ao novo ambiente de grandes mudanças econômicas do país, conseqüentemente, também do mercado.

Esse novo marco econômico iria afetar diretamente, 16 mil produtores de uvas, conforme foi estimado na época, que produziam 470 milhões de quilos de uva ao ano. Também os proprietários de 400 empresas vinícolas, 180 delas cantinas rurais, seriam afetados, pois tinham 300 milhões de litros de vinho em estoque. Nesse cenário havia a preocupação de como iriam competir nesse novo mercado. Isso representava uma ameaça ao sustento de cerca de 100 mil pessoas que dependiam economicamente das atividades do setor, conforme dados de (IBRAVIN, 2013).



Nesse contexto, entidades representativas do setor se organizaram na criação de um projeto de enfrentamento desse cenário inquietante. Assim, foi proposto um programa de apoio ao setor oficializado via Decreto nº 34.634, de 22 de janeiro de 1993, que instituiu o Programa de Reestruturação e Desenvolvimento do Setor Vitivinícola do Rio Grande do Sul - Provitis.

Sobre a forma de arrecadação e fonte de financiamento do Provitis, Pizzol (2014) afirma que o Estado havia recolhido entre 1989 e 1990, um montante de 18 a 25 milhões de dólares, respectivamente, via ICMS proveniente das empresas vinícolas. Isso justificava que o ônus recaísse sobre o governo do estado “a maior soma de impostos arrecadados do setor é através do ICMS e por se tratar de cultural regional. Importante e socialmente sensível, em nível de Estado” (PIZZOL, 2014, p. 635). Dessa forma o Provitis seria um fundo formado a partir da arrecadação do ICMS do próprio setor vitivinícola do Rio Grande do Sul, durante um prazo de 10 anos para atender as necessidades de reconversão do setor.

A criação do FUNDOVITIS foi efetivada via Lei nº 10.989, de 13 de agosto de 1997. Dispõe sobre a produção, circulação e comercialização da uva, do vinho e derivados da uva e do vinho, cria o Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura do Estado - FUNDOVITIS, e dá outras providências. A Lei trata no seu Cap. I - Da política vitivinícola, e no Cap. VIII- Do fundo de desenvolvimento da vitivinicultura. Cita-se dois Artigos da Lei que sintetizam a política vitivinícola e seus objetivos.

Art. 3º A política vitivinícola estadual tem por fim o desenvolvimento sócioeconômico do setor, buscando a melhoria dos padrões de qualidade, garantia de genuinidade dos produtos vitivinícolas, de competitividade e de ampliação do mercado.

Art. 4º São objetivos específicos da política vitivinícola estadual:

I - promover a produção e o consumo de uva, de vinho e de seus derivados;

II - controlar, inspecionar e fiscalizar a produção de uva e de vinho e seus derivados;

III - promover o desenvolvimento e a competitividade do setor produtor de uva e de vinho, visando à sua viabilidade técnica e econômica, principalmente, através de apoio à pesquisa, de assistência técnica e fomento, de programas e projetos de infraestrutura e reconversão (Lei 10.989/1997).

O Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura proposto na Lei 10.989/1997 tinha previsto para sua gestão a criação de uma Instituição que deveria ser constituído, preferencialmente, como entidade de caráter público, porém não estatal, sem fins lucrativos, com gestão autônoma e flexível nos moldes de entidade privada,



para ser gestora do Fundo de Reestruturação e Desenvolvimento da vitivinicultura, bem como de eventuais taxas ou contribuições específicas para a execução de seus objetivos.

Para atender a demanda da institucionalização e representação foi criado em Bento Gonçalves, em 3 de outubro 1997, o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), órgão que na época representava 12,8 mil famílias de viticultores e 620 unidades de vinificação no Rio Grande do Sul, abrangendo uma área de 27,9 mil hectares de vinhedos (MELLO, 2007).

O Ibravin foi constituído na sua criação pela: Associação Gaúcha de Viticultores (Agavi), Federação das Cooperativas Vinícolas do Rio Grande do Sul (Fecovinho), Associação Brasileira de Enologia (ABE), Comissão Interestadual da Uva, União Brasileira de Vitivinicultura (Uvibra) e da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul (Seapa). A partir de 2010, integraram-se ao Ibravin o Sindicato da Indústria do Vinho do Rio Grande do Sul (Sindivinho) e Sindicato Rural.

4.2 Discussão do Ibravin como agente de ações coletivas na cadeia vitivinícola

O Ibravin teve como principal resultado na sua criação a integração da cadeia produtiva. Foi um tempo de aprendizagem, de discussão conjunta de projetos. Essa teria sido a grande inovação do Ibravin: promover a participação de toda a cadeia produtiva da uva e do vinho (IBRAVIN, 2013).

O ex-presidente do Ibravin Carlos Paviani, em entrevista a Ferreira e Ferreira (2016) descreveu o período de 1995-1997 como a época que surgiu o Provitis, um projeto que foi liderado pela Embrapa e pela Uvibra. Várias iniciativas culminaram na organização de um fundo estadual da vitivinicultura que teria recursos disponíveis para investir na organização e na promoção do setor. O Provitis, como descrito por Paviani (2015) era um programa que tinha como objetivo inicial de dar desconto, crédito por empresa, o que não chegou a se configurar, naquele período, como um instrumento de organização do setor. Sendo que o primeiro trabalho de planejamento e estratégias envolveu a Embrapa e o Sebrae, nesse primeiro trabalho ficou definido a necessidade de ter um cadastro vitivinícola e um laboratório de referência em enologia para fazer o



controle de qualidade e origem dos produtos, além de desenvolver um fundo de desenvolvimento para promover o setor.

Paviani (2015) afirma que A década de 1990 foi fundamental, pois até esse período tudo o que setor produzia ele conseguia vender, no entanto, dentro das condições que existiam na época. Portanto, justificava-se nessas circunstâncias a criação do cadastro vitivinícola e um laboratório de referência para fiscalização do setor.

Não havia muito controle, nem mesmo fiscalização sanitária para garantir que todos os produtos estavam em condições de ser comercializados. Ou seja, havia muito oportunismo de quem trabalhava na viticultura, e o mesmo acontecia nas vinícolas. O fato é que os controles não eram muito eficientes (PAVIANI, 2015, p. 61).

Resumindo a relação do Fundovitis com a criação do Ibravin, Paviani (2015), ressalta a questão legal da própria lei que colocava o Ibravin como uma instituição representativa da cadeia produtiva, e principalmente teria uma representação paritária entre os representantes do setor. Essa é a condição pela qual o Ibravin continua existindo, e que é prioritária para o equilíbrio do setor. Ou seja, uma tentativa de que os produtores de uvas, as indústrias e as cooperativas discutissem suas necessidades e os destinos dos projetos que seriam desenvolvidos via entendimento da cadeia produtiva.

Os primeiros anos foram muito complicados, porque havia uma divergência histórica e econômica fundamental. Quando se põe de um lado da mesa produtor de uva, e de outro a indústria vinícola que compra essa matéria prima, naturalmente se estabelece um conflito econômico permanente (PAVIANI, 2015, p.63).

A descrição da relação do Ibravin com o Estado e a organização da cadeia produtiva nos seus diferentes elos, indica a existência de cooperação interorganizacional, como descrita por Zancan (2010), onde os relacionamentos cooperativos quando coordenados fortalecem a competitividade e potencializam resultados econômicos. Também corrobora com descrição de cooperação multilateral horizontal, quando há atuação conjunta do Estado e instituições voltadas a projeto setorial, como definido por Oliveira e Martinelli (2014), portanto, atuando como uma estratégia de cooperação horizontal definida por Pasini (2013).

A função e a filosofia do Ibravin são de atuar na busca de encontrar convergência do setor vitivinícola. Essa ideia pode ser sintetizada na afirmação de



Paviani (2015, p.63) “É lá que se discutem exaustivamente as divergências numa eterna busca das convergências, ou seja, o Ibravin trabalha com o foco da conciliação”. Pode-se então associar nessa exposição a ideia central da teoria da ações coletivas do “dilema social” proposto por Ostrom (2007), os atores aqui estariam evitando resultado de equilíbrio subótimo, ou seja, ganham cooperando.

Descrevendo as primeiras instituições do setor vitícola do estado e, que hoje ainda hoje, representam o segmento no Ibravin, Paviani (2015) aponta que a entidade mais antiga é o Sindivinho, que surgiu de um movimento de empresários do setor vitivinícola do final da década de 1920, que inclusive criou a Sociedade Vinícola Rio-Grandense. O Sindivinho foi o primeiro sindicato da indústria no Rio Grande do Sul. Hoje o ele é o Sindicato que cuida das relações patronais, defendendo o interesse do setor patronal da indústria do vinho. A segunda instituição do setor foi a Fecovinho, a Federação das Cooperativas Vinícolas, criada em 1952. Essa era uma contraposição às indústrias que estavam no sindicato. As cooperativas eram formadas por produtores que produziam uvas e vinhos.

Quando o Ibravin foi criado, ele tinha por missão organizar produtores de uvas, indústrias e cooperativas. Então ele tinha quatro intuições fundadoras: a Comissão Interestadual da Uva, que era formada pelos sindicatos dos trabalhadores rurais dos produtores de uvas; a Fecovinho, que era das cooperativas; e duas entidades que representavam a indústria, a Agavi e a Uvibra. O Sindivinho não fazia parte disso porque na época o Sindivinho estava atrelado à Uvibra (PAVIANI, 2015, p. 70-71).

Descrevendo a atuação e o tamanho dos grupos que formam o Ibravin Paviani (2015, p. 71) declarou que:

A assembleia do Ibravin era formada inicialmente por seis membros apenas: dois representantes dos produtores de uvas; dois das cooperativas de uma única instituição; e dois da indústria, sendo um da Agavi e outro da Uvibra. Essa configuração existe até no Ibravin, e a assembleia geral é feita por seis membros. É bem enxuta. Já o conselho deliberativo é um pouco maior, tendo 11 membros.

O Ibravin na sua articulação política e operacional engloba diferentes interesses conjuntos, todavia mantém a equidade do conjunto de atores.

Precisamos ter as diferentes visões ou diferentes modelos estabelecidos em conjunto. Quando se trata de problemas dos produtores de uvas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato Rural estão junto com seus interesses. [...] Quando aumenta a representação dos produtores, aumenta também a da indústria, e



assim sucessivamente, para haver equilíbrio na instituição (PAVIANI, 2015, p. 72).

Em síntese, Paviani (2015) descreve o Ibravin como espaço de articulação de todas as entidades, sem que haja sobreposição, destacando que a instituição precisa agir sem, no entanto, suplantar as iniciativas existentes.

As exposições descritas reforçam a associação da formação e atuação do Ibravin coerente com as variáveis estruturais de Ostrom (2007) e Olson (1999), pois observa-se que o Ibravin é composto por um pequeno grupo, portanto, a questão do tamanho do grupo aqui assume significativa relevância, bem como a ênfase dada ao diálogo e a busca de interesses comuns como descrita na fala dos representantes, evidenciam a discussão face-a-face. Dessa forma a atuação dos *free riders* no Ibravin é reduzida, muito em função do tamanho do grupo, pois como observado o Ibravin é formado por um pequeno grupo, reforçando também os resultados e a disposição de cooperar, bem como a redução dos diferentes custos de transação da cadeia como um todo.

Outro aspecto importante é a comunicação que o Ibravin faz como instituição representativa do setor como um todo bem como a comunicação dos atores envolvidos dentro do ambiente do Ibravin, novamente destacando as variáveis de Ostrom (2007) de comunicação e ações do passado.

Nesse sentido, também a questão de heterogeneidade do grupo e dos interesses acaba sendo superados e observa que prevalecem às ações e os interesses coletivos acima dos interesses individuais, visando a superação de dilemas sociais. Outro ponto importante é a atuação do Ibravin como ator dos interesses do setor e representante em organismo externo.

Outra fonte de pesquisa utilizada foi a entrevista do Presidente do Conselho Deliberativo do IBRAVIN Moacir Mazzarolo concedida a Queiroz (2015). Na entrevista Mazzarolo (2015) afirmou que após 17 anos da sua fundação o Ibravin havia chegado na sólida posição de espaço e diálogo para agricultores, empresas, cooperativas e governo na busca do desenvolvimento da cadeia vitivinícola brasileira. Mazzarolo (2015) destacou que o Ibravin reúne as principais entidades do segmento e é reconhecido pela Organização Internacional da Uva e do Vinho (OIV) como responsável por conduzir as demandas das vinícolas brasileiras no ambiente internacional. Sobre a fonte de recurso a origem é o Fundovitis mantido por taxas



pagas pelas vinícolas conforme o volume de uva industrializado, gerenciado pela Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul.

Sobre o papel do Ibravin, Mazzarolo (2015) enfatizou que é ajudar a estruturar o avanço da indústria, com ações estratégicas de posicionamento e imagem, promoção comercial e qualificação. As estratégias são definidas pelo Conselho Deliberativo do Instituto, com apoio técnico dos comitês (um total de 12 comitês para atender as diferentes demandas do setor) e validadas pelo Conselho Consultivo, que emite pareceres sobre temas relativos e propõe ações e projetos. Além de planejar e realizar ações institucionais a entidade tem como missão ofertar produtos e serviços que ordenem o fortalecimento da cadeia.

Outra ação desenvolvida pelo Ibravin é o Projeto *Wines of Brazil*, em parceria com APEX. Sua missão é promover a qualidade dos vinhos brasileiros no mercado internacional. Desenvolvendo atividades nas vinícolas com orientação aos produtores e continua com a divulgação em nível mundial via feiras e contatos com *trades*. “Os seus resultados podem ser medidos pelo aumento de exportação de vinhos engarrafados em 2014, que ultrapassou 83% em relação ao ano anterior, e com a construção da imagem dos vinhos brasileiros no exterior” (MAZZAROLO, 2015, p. 57).

Como resultados mais recentes da atuação do Ibravin, o atual presidente do Instituto Dirceu Scottá destacou que através da atuação Ibravin, o setor alcançou uma demanda de longo período que é a inclusão das vinícolas no modelo de tributação do Simples Nacional que deverá entrar em vigor em 2018.

A conquista do Simples permitirá que as vinícolas possam escolher qual regime tributário que é o mais adequado para o seu enquadramento. [...] centenas de produtores terão oportunidade de se formalizarem e entrarem no mercado por meio desse regime, que é menos complicado e menos oneroso (SCOTTÁ, 2017, p. 11).

Ainda sobre os próximos desafios e conquistas, estão a redução do IPI, a busca de modernização do setor através do Programa Modervitis e cadastro vitivinícola nacional. Dessa forma, será possível fazer reconversão dos parreirais, melhorar a produção e levar tecnologia ao produtor que o incentive a permanecer no campo e a ter maior rentabilidade, buscar mecanismos de fidelização do produtor e indústria (SCOTTÁ, 2017).



5 Considerações finais

O Ibravin foi constituído pelo Estado para ser uma instituição representativa do setor vitivinícola do Rio Grande do Sul. Observou-se pelos dados documentais que o próprio instituto pode ser considerado uma ação coletiva, tendo em vista que a sua própria fundação teve como objetivo uma entidade de caráter privado, porém, sem fins lucrativos que representassem o segmento vitivinícola, agregando os diferentes segmentos que formam a cadeia (produtores, indústrias, cooperativas e vinícolas).

Considerando o aporte teórico das ações coletivas em seus principais representantes, Olson (1999) e Ostrom (2007) fica evidente que a participação dos diferentes segmentos produtivos da vitivinicultura no Ibravin é uma forma de redução de custos de transação, que acarreta em maior retorno e ganhos para o coletivo. Desta forma, pode se considerar que o dilema social que poderia ser apresentado pelos representantes da cadeia é minimizado e superado pela ação coletiva, e principalmente, de forma equânime no Ibravin.

Vale ressaltar como descrito na metodologia que os representantes do Ibravin e as suas entrevistas publicadas que foram usadas como fontes nesse artigo, eles também são representantes de setores específicos dentro da cadeia, e atuam a longa data no Ibravin, bem como seu envolvimento diretamente com todo o processo. Portanto, trazem no seu discurso a sua trajetória pessoal e profissional, uma vez que são sujeito e agentes do processo.

REFERÊNCIAS

IBRAVIN – Instituto Brasileiro do Vinho. **Informativo Saca Rolhas**. Ano 4, nº 9. Junho de 2013. Disponível em: <http://www.ibravin.org.br/downloads/1394732471.pdf> Acesso em novembro de 2016.

MELLO, C. C de. **Presença do vinho no Brasil**: um pouco de história. São Paulo: Editora de Cultura, 2007. 2ed.

NASSAR, A. M. **Eficiência das associações de interesse privado**: uma análise do agronegócio brasileiro. Dissertação Faculdade de Economia e Administração – Universidade de São Paulo. FEA/USP, 2001.

OLIVEIRA, M. F; MARTINELLI, D. P. **Negociação, Cooperação e Desenvolvimento Local sob uma Perspectiva Sistêmica**: um Estudo de Caso no Arranjo Produtivo Local



de Fruticultura de Jaíba-MG. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 28, p. 193-223, 2014.

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso**: princípio e procedimentos. 7ed. Campinas, SP: Fontes, 2007.

OSTROM, E. Governing the commons: the evolution of institutions for collective action. 2003.

OSTROM, E. Collective action and local development processes. **Sociológica**, v. 1, n. 3, 2007.

PASINI, A. H. **A ação coletiva como forma de agregação no sistema agroindustrial da aquicultura de Maripá/PR**. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2013.

PAVIANI, C. Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin). Entrevista publicada (In). **Vinhos do Brasil**: do passado para o futuro. FERREIRA, V. C.; FERREIRA, M. M. (Coord.). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p.57-85.

PIZZOL, D. R.; SOUSA, S. I de. **Memórias do vinho gaúcho**. 1 ed. Porto Alegre, RS. 2014.

MAZZAROLO, M. Momento positivo para o vinho brasileiro. Entrevista concedida a Sérgio Queiroz. (in) **Anuário Vinho do Brasil**. Baco Multimídia. 2015, p. 18-19.

SCOTTÁ, D. Progresso e desafios de um setor em evolução. Entrevista concedida a Sérgio Queiroz. (in) **Anuário Vinho do Brasil**. Baco Multimídia. 2017, p. 10-12.

SCHIO, A. A. et al. **Diagnóstico do Setor Vitivinícola**. Porto Alegre: EMATER/RS, 1996.

SCHNEIDER, L. **A dinâmica locacional**: novas regiões Rio Grande do Sul e Vale do São Francisco. Dissertação de Mestrado – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2006.

ZANCAN, C. **Redes de cooperação**: um estudo de relações interorganizacionais na Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (Aprovale). Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília – PPGA/UNB. Brasília, 2010